

Ata da reunião do Conselho Municipal de Cultura de 29 de outubro de 2019

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, pelas dezasseis horas, reuniu na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, o CMC - Conselho Municipal de Cultura.

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Moreira deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes e agradecendo a presença de todos.

Iniciada a reunião, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;
Guilherme Blanc, Diretor da ÁGORA, EM;
Tiago Morgado Guedes, Diretor do Departamento de Artes Performativas da ÁGORA, EM;
Nuno Faria, Diretor Artístico do Museu da Cidade;
Francisca Fernandes, Diretora Geral da Unidade Orgânica da Cultura da ÁGORA, EM;
Ana Cláudia Almeida, Administradora Executiva da ÁGORA, EM;
Glória Cheio, representante da Academia Contemporânea do Espetáculo/Teatro do Bolhão;
José Emídio, representante da Cooperativa de Atividades Artísticas - Árvore;
Manuela Barros, representante do Balletteatro Escola Profissional;
Eduardo Paz Barroso, representante do Coliseu Porto;
António Moreira Jorge, representante do Conservatório de Música do Porto;
António Manuel Torres da Ponte, representante da Direção Regional de Cultura do Norte;
António Augusto Aguiar, representante da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo;
Carlos Alberto Esteves Guimarães, representante da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto;
Lúcia Almeida Matos, representante da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto;
Orfeu Bertolami, representante da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto;
Mário Jorge Lopes Neto Barroca, representante da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
Manuel Ferreira da Silva, representante da Fundação de Serralves;
Ilídio Lobão, representante da Santa Casa da Misericórdia do Porto;
Pedro Sobrado, representante do Teatro Nacional São João.

Os representantes designados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, nos termos do art.º 3.º, n.º 1, alínea u) do respetivo Regulamento do Conselho Municipal de Cultura do Porto:

Alexandra Balona de Oliveira
Alexandre Alves Costa
Daniel Pires
Rui Lage
Gonçalo Amorim
Joaquim Moreno
Manuela Matos Monteiro
Miguel Guedes
Nuno Centeno
Paulo Vinhas
Regina Guimarães
Vânia Rodrigues

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Ata da reunião do Conselho Municipal de Cultura de 25 de julho de 2017.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos presentes na reunião do Conselho Municipal de Cultura de 25 de julho de 2017.

Ata da reunião do Conselho Municipal de Cultura de 24 de janeiro de 2018.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos presentes na reunião do Conselho Municipal de Cultura de 24 de janeiro de 2018.

Ata da reunião do Conselho Municipal de Cultura de 3 de dezembro de 2018.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos presentes na reunião do Conselho Municipal de Cultura de 3 de dezembro de 2018.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Estrutura ÁGORA

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto.

Apresentou as razões que levaram à decisão de constituição da empresa municipal de cultura como ideia inicial, nomeadamente: valorizar os recursos humanos (competências específicas e especializadas) que no quadro da função pública não podem ser valorizados; e a contratação pública, o que já não se aplica, pois o regime de contratação pública alterou-se, sendo que as Empresas Municipais já se encontram no mesmo tipo de escrutínio que as restantes entidades públicas. A Contratação Pública é complexa, sendo esta situação reconhecida por autarcas, empresas municipais e membros do governo. Exemplifica com as contratações na Comunicação Social, com a aquisição de serviços. Reconhece que na produção artística existe alguma autonomia, mas aparte disso existe muita burocracia, virada para o melhor preço.

O Tribunal de Contas rejeitou os argumentos do Município do Porto e recusou a constituição da Empresa Ágora, da forma que foi pensada inicialmente. Nesse sentido, o MP aproveitou a empresa existente - Porto Lazer, EM. - que já detinha competências em duas áreas: Eventos/ Entretenimento e Desporto. Estava previsto na lei que as Empresas Municipais tinham que ter rácios económicos equilibrados e não podiam depender de financiamento municipal. O Governo, percebendo esta dificuldade, isentou as empresas de desporto e cultura de cumprir esses rácios, o que permitiu aproveitar a Porto Lazer, atribuir novas competências na área da cultura e mudar o nome para Ágora. A Cultura não foi extinta na Câmara, sendo que o Município mantém dentro da sua estrutura algumas das funções que, anteriormente, já mantinha, como a gestão das bibliotecas, a gestão dos museus e as áreas de índole mais patrimonial, como a classificação de edifícios.

Para a Ágora transferiram-se os Teatros, sendo Tiago Guedes o diretor dessa área; os projetos especiais, como o “Cultura em Expansão”, o futuro Batalha, o “Fórum do Futuro”, sendo Guilherme Blanc o responsável; sendo criada uma nova área – Programação dos Museus e Bibliotecas, sendo Nuno Faria o diretor.

Acrescenta que Francisca Carneiro Fernandes coordena, com as três pessoas que referiu anteriormente, toda a função administrativa, devido à grande experiência adquirida no Teatro Nacional de S. João. Esta é uma unidade de gestão dentro de uma empresa alargada que é a Ágora, articulando-se com o Presidente da CMP nas áreas das finanças e da cultura, em que as competências foram mantidas. A Ágora garante que os profissionais que já trabalhavam na Cultura tenham a sua situação laboral assegurada, com a remuneração devida, não estando sujeitos a organizações e a contratos efémeros da CMP. Refere que se está numa fase de ajuste e de reorganização, pois este cenário não era o que se tinha pensado inicialmente, pois a cultura seria uma estrutura autónoma. Implica a ligação de culturas diferentes, implica obras de remodelação no Rivoli. Indica que Catarina Araújo e Ana Cláudia Almeida estão na administração da Ágora.

De seguida, passou a palavra aos membros da Ágora e aos restantes presentes para colocarem questões. Ninguém tomou a palavra, passou a palavra a Nuno Faria, para dar uma visão sobre o Museu da Cidade e passou-se ao ponto seguinte:

2. Museu da Cidade.

Nuno Faria, Diretor Artístico do Museu da Cidade;

Diz que pretende fazer uma apresentação muito sumária da visão do Museu da Cidade.

Começa por enquadrar como surgiu o convite para dirigir o Museu da Cidade (MdC) e refere que a transição foi lenta para, numa primeira fase, haver um processo de estudo e de aproximação ao que é o MC, de se conhecerem, de lhe apresentarem a cidade. O processo foi de ambientação e a equipa de programação para o projeto inicia o trabalho no dia 4 de novembro. Acrescenta que têm estado a trabalhar naquilo que será a programação do MdC.

Refere que havia uma lacuna na área municipal, ligada à cultura, devido a vários fatores, destacando o desaparecimento de Paulo Cunha e Silva, que quando chegou se debruçou sobre a questão do MdC. Explica que a equipa preparou um breve historial do MdC. O MdC é uma estrutura que não se constituiu, é um museu policêntrico que integra vários equipamentos. Foi entendimento, nesta nova visão do MdC, um trabalho de maior incorporação de espaços que abrange Museus, Casas-Museu, Sítios Arqueológicos, áreas em Bibliotecas e o Arquivo – Casa do Infante. O MdC tem tido vários ritmos, várias morfologias e que, agora, irão assentar no modelo de Museu-Rizoma.

O MdC é uma realidade imaterial, não existe propriamente, existindo um conjunto de polos, de lugares físicos que tratarão da ligação entre eles. É um museu à escala da cidade, e é nesse aspeto que estão a trabalhar, para que o MdC se constitua como uma verdadeira rede que possa ativar ligações entre os espaços e o espaço público.

De seguida, efetua uma breve apresentação da equipa e da orgânica. Na programação estão três pessoas, que são João Covita, coordenador dos espaços museológicos; Samuel Guimarães, coordenador do projeto educativo e Tiago Almeida, com a componente das edições. Juntam-se a esta equipa Rita Roque, assistente de curadoria e Maria dos Anjos Cerdeira e Elisabete Neves, numa área mais administrativa.

Informa que o MdC está na dependência do Departamento Municipal de Gestão Cultural, as a equipa de programação está na Ágora. Toda a gestão do Museu é feita em ligação com a Diretora de Departamento e com as quatro Chefes de Divisão – Museus, Património Cultural, Bibliotecas e Arquivo Histórico. Existe uma micro equipa de programação na Ágora que articula com uma equipa mais extensa, de algumas dezenas de pessoas, do MP.

Do ponto de vista de Nuno Faria, o Museu, no seu sentido lato, tem uma natureza problemática. O Museu não é um lugar lúdico, nem de distração, é um lugar onde se afina a atenção, é um lugar onde se produz conhecimento. E será essa a tônica para o MdC, que seja um lugar onde se produz conhecimento sobre a cidade, sobre as coleções e sobre outros assuntos que se cruzam com os espólios que dispõe. A intervenção/ programação a fazer no MdC será mais de ordem ética e não tanto estética. Continua, dizendo que os museus são lugares de gravidade onde dialogamos sobre o legado que herdamos, que queremos deixar. Hoje em dia, as estruturas como os museus, os arquivos estão em crise e as difusões entre museus e a natureza interessa-lhes muito e serão feitas nesse sentido.

A equipa irá lidar com materiais muito diversos e, o que a preocupa é refundar a vocação e os modos de apresentação do MdC, dos diversos espólios e articular uma dimensão nómada para esses espólios. O MdC está muito reificado. Há vários sítios que continuam a ser muito visitados, e há outros, que se forem revisitados, encontram-se a mesma disposição, as mesmas montagens.

Explica que é necessário trabalhar a dois ritmos: ao ritmo das coleções e ao ritmo da articulação entre vários espaços. É necessário trabalhar com vários tempos: recriar alguns museus, cuja museologia consideram obsoleta (caso do Museu do Vinho do Porto e do Museu Romântico); criar novos museus, que já estavam em germinação, em zonas prioritárias da cidade (na Pasteleira, o Museu da História da Cidade; no Parque da Bonjónia, o Museu da Natureza Contemporânea; e no Freixo, o Museu da Indústria); reabrir espaços encerrados (Casa Oficina António Carneiro); reabrir espaços que estão nesta altura abertos, mas não cumprem todo o potencial (Arqueossítio). No fundo, querem trazer os museus da rede para a contemporaneidade, o que não implica, pelo contrário, trabalhar com artistas contemporâneos no âmbito dos Museus. Pretendem manter uma probidade entre as apresentações e estudo das coleções e esse trabalho implica uma coerência, uma linguagem curatorial que seja abrangente a todos os espaços, quer ao nível do discurso, quer ao nível dos dispositivos. Há uma ecologia de usar os recursos e os dispositivos que têm, de não só criar uma linguagem reconhecível, que traga as coleções para os nossos dias, e que seja fundada no reaproveitamento e na reutilização dos suportes que fazem parte do espólio do Município.

Tornar o MdC em algo concreto passa por trabalhar à escala da cidade e definir um triplo eixo de ação/ imaterial (questões imateriais):

1. Projeto Sonoro (coração do projeto);
2. Os Caminhos da Sede (nome de trabalho – lugares das águas em conjunto com as Águas do Porto);
3. Micro-rede de Pavilhões de Jardim ou de Exterior acoplados a alguns Museus.

Passa a explicar que o projeto sonoro do MdC vai situar-se na Biblioteca Sonora na Biblioteca Pública Municipal do Porto. O projeto existe desde 1972, integra muitos voluntários, e a missão é levar a leitura a quem não tem visão, visão reduzida ou dificuldades motoras. Acrescenta que este projeto passa por trabalhar com som a nível das estruturas museológicas, a nível de alguns espaços como o Rio da Vila, que estão a musealizar. O projeto sonoro passa, também, por reafirmar a vocação primeira do espaço, tornando-o acessível a um maior número de pessoas e reforçando-o. No âmbito do projeto sonoro estão a trabalhar com músicos, com sonoplastas e com artistas que trabalham com som. O som irá permitir ligar todos os espaços, permitir amplificar e ampliar as visitas. Esta proximidade mais afetiva à voz é algo que pretendem trazer para este projeto.

O projeto MdC pretende ser muito inclusivo e irão ser criadas um conjunto de plataformas de discussão, tão inclusivas quanto possíveis. Nem sempre serão públicas, muitas vezes serão semi-públicas ou privadas. O objetivo será discutir com um alargado número de pessoas a vocação e a refundação dos espaços. O MdC será nos próximos meses alvo de uma discussão muito alargada, e depois, quando se começar a programar, em fevereiro, será mais público, com outra visibilidade e entrará numa discussão mais alargada.

Acrescenta que este é um desafio muito complexo, plasmado nos avanços e recuos nas várias morfologias que o MdC teve. É um projeto em que a equipa está muito empenhada.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto

Começa por agradecer a intervenção de Nuno Faria.

Quer dar nota sobre a localização espacial, sendo o MdC imaterial, terá âncoras territoriais. Uma na Bonjóia e outra no Freixo. É necessário alargar a mancha às zonas de Campanhã. O CACE poderá acolher a coleção do antigo Museu da Indústria e que estão a pensar integrar nesta estrutura (MdC)

Informa que o assunto Matadouro Municipal continua preso no Tribunal de Contas. Comunica que tem uma boa notícia - o Tribunal de Contas aprovou as obras no Batalha, no último dia para se pronunciar. Afirma que as obras irão avançar. Passa a palavra para perguntas e comentários dos presentes

Alexandre Alves Costa

Informa que tem duas questões a colocar.

A primeira, quanto aos Museus quer perceber melhor como se integram, nesta malha, os Museus que não são tutelados pelo Município, como, por exemplo, o Museu Nacional Soares dos Reis, Serralves, Museus da Universidade do Porto e outros. Como funcionarão em relação a estas estruturas pré-existentes? A segunda questão é sobre a tentativa de recuperação do Museu de Etnologia do Porto, que era dirigido por Fernando Lanhas, e que desapareceu.

Nuno Faria, Diretor Artístico do Museu da Cidade

Começa por dizer que são duas questões muito certas. Começa pela segunda, têm falado sobre o assunto e pediram um ponto de situação. Informa que está presente António Ponte, diretor da DRCN, a quem o edifício está a cargo. Continua dizendo que o edifício está em muito mau estado. Existe um trabalho, em vídeo, de Jonathan Leal Saldanha, que filma os ninhos de térmitas. Refere que o Museu estava muito centrado na figura de Fernando Lanhas e grande parte do seu interesse vinha desse cruzamento de linguagens. É necessário uma articulação para perceber se não será uma nostalgia de algo que já passou, ou se ainda é possível reabilitar o espaço para essa vocação ou para outra.

Alexandre Alves Costa

Interrompe e afirma que não é opinião de quem tem falado com ele, não é uma espécie de nostalgia.

Nuno Faria, Diretor Artístico do Museu da Cidade

Continua e diz que partilha isso também. Refere que nas suas funções anteriores, cruzou arte contemporânea com questões antropológicas e etnográficas. É uma questão que o preocupa e que no Porto ainda existe uma lacuna nessa área.

Quanto à primeira questão, há várias formas de juntar as várias estruturas museológicas, têm dependências várias, nomeadamente o MNSR. Neste momento, há uma vontade muito grande de fazer colaborações e reativar uma ligação entre o Museu (MNSR) e a cidade. Menciona que os presentes conhecerão melhor do que ele, mas que a relação não tem sido muito profícua. Conclui dizendo que o MNSR é um sítio nobre da cidade e a vontade que existe é de colaboração para que o museu seja ainda mais central na cidade do Porto.

Alexandre Alves Costa

Refere que era interessante encontrar algumas hipóteses para o MNSR e Museus da UP e que houvesse uma representação, não sabe se há, destas entidades no CMC. Sabe que Serralves está representado.

Sugere que Fátima Vieira, vice-reitora para a cultura da UP e Maria João Vasconcelos estivessem presentes neste CMC.

António Manuel Torres da Ponte, Diretor da Direção Regional de Cultura do Norte

Inicia fazendo uma análise global do conceito do MdC. O conceito de cidade é mais interessante que encapsular o museu num só edifício, pois permite um fluxo cultural. O que acrescentaria, ao que já foi dito por Nuno Faria, é a importância do trabalho com as comunidades, a aproximação à comunidade, pois acha que os museus antes de serem museu para fora têm de ser museus para dentro. Primeiro, o museu ser para o Porto e para os portugueses e depois para o exterior e para quem visita a cidade.

Quanto à questão colocada por Alexandre Alves Costa, o Museu de Etnologia, instalado no Palácio de São João Novo, refere que há muitos anos (anos 90), devido às condições estruturais do edifício a coleção foi retirada e está, de forma identificada, distribuída por vários núcleos:

- coleção de brinquedos, está no Museu dos Biscainhos, em Braga;
- coleções etnográficas e arqueológicas, voltaram aos locais de origem;
- uma parte, muito significativa, está nas reservas do MNSR;
- uma grande mancha da coleção, que era da UP, foi devolvida à UP;
- e em 2013/2014, quando chegou à Direção Regional, o único fundo que permanecia no Palácio de São João Novo, era o fundo bibliográfico e o fundo musical, que foram deslocados para a Casa Allen, onde estão a ser tratados. A ESMAE está a tratar de todo o fundo musical e a Biblioteca está toda a ser inventariada e tratada.

Recentemente, fez-se uma revisão à cobertura do edifício para evitar mais danos internos. É necessário um grande investimento e não sabe se o edifício tem condições de receber, de novo, esta nova tipologia de museu que se defende. Acrescenta que um Museu de Etnografia é importante na medida em que interpreta as comunidades, e se estiver a interagir com elas. Não sabe se esta estrutura física tem capacidade de absorver essa dimensão.

Dentro do Ministério não têm uma posição fechada quanto ao Museu de Etnologia. Ressalva que todas as coleções estão salvaguardadas, inventariadas e registadas. Algumas peças foram abatidas, pois com o evoluir do tempo degradaram-se (térmitas na coleção de madeira).

Regina Guimarães

Questiona Nuno Faria, que na sua intervenção, mencionou a abertura a uma discussão alargada pública, semipública, privada, fechada. Gostaria de saber de que forma as pessoas, que estão interessadas, poderão opinar, ou perceber, a evolução do projeto através de um interface com a cidade.

Nuno Faria, Diretor Artístico do Museu da Cidade

Respondeu dando conta que estão a criar estruturas e a morfologia para esse contacto e pode dar um exemplo. Uma das estruturas de discussão que irão criar será em torno do atual Museu Romântico e futuro Museu do Romantismo, tal como o querem renomear e recriar enquanto museu. O Porto é uma cidade muito ligada ao Romantismo, e julgam que o MR não plasma essa relação, é demasiado enquadrado numa questão. Irão criar uma plataforma alargada e irão convocar pessoas ligadas à poesia, à literatura, à pintura, de várias áreas e de várias épocas, épocas no sentido de áreas de estudo. Essa será uma plataforma semipública. Dá nota que estas plataformas serão mais produtivas se não forem completamente abertas.

O trabalho que estão a desenvolver precisa de ter alguma proibidade em algumas questões mais complexas do ponto de vista museológico. Refere que é importante convocar as pessoas para vários tipos de experiências, não somente discursivas que podem acontecer em discussões dentro dos próprios museus, em encontros de percursos sobre a cidade.

Acrescenta que todas as sugestões são muito bem-vindas para a criação dessas plataformas.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto

Fala sobre o Museu Romântico (MR).

Começa por dizer que o MR tem, hoje, diferentes condições físicas do que tinha. O MR não é um Museu do Romantismo, conta um episódio específico da época romântica, e isto é redutor numa cidade como o Porto, muito envolvida no Romantismo. O MR deverá ser diferente, deverá ser um Museu do Romantismo que assuma essa outra componente, que ligue à literatura e à cidade que não está retratada, neste momento, no MR. Continua, dizendo que existe no MR um potencial para fazer algo diferente e esses contributos são muito importantes que se deem ao Município. Afirma que não se deve ter medo de mudar as coisas que, talvez, faziam parte de uma história de uma cidade.

Manuel Ferreira da Silva, representante da Fundação de Serralves;

Ainda relacionado com o que se estava a falar, da história da cidade e do Museu da Cidade, alerta para o facto de, no próximo ano, comemorar-se os 200 da Revolução Liberal de 1820, no Porto a 24 de agosto, e que marcou todo o século XIX e um período áureo da cidade. Refere que seria uma oportunidade de explicar o que foi a Revolução de 1820 e as suas implicações.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Responde a Manuel Ferreira da Silva dizendo que 1820 não irá passar despercebido na cidade. Já se está a trabalhar, há muitos meses, com uma equipa multidisciplinar a conceber a celebração de 1820. Proximamente irá ser anunciado o programa, trabalhado por muitas pessoas, por várias universidades e que pretende ser um momento de contemplação histórica, mas também de uma reinterpretação do que foi 1820, e o impacto que teve, não só em Portugal, mas também na Europa. Refere que uma das pessoas que está a trabalhar com o Município é o Professor Vital Moreira.

Passa a palavra a Nuno Faria para explicar melhor o programa das comemorações de 1820.

Nuno Faria, Diretor Artístico do Museu da Cidade;

Começa por informar que o comissário geral do programa é o Professor Pedro Baptista e, basicamente, o programa está dividido em dois, uma parte de colóquios com a Universidade do Porto e uma parte expositiva na Casa do Infante, que é comissariada pelo Professor Lopes Cordeiro, especialista desse tempo histórico. A exposição irá mostrar uma revolução que se torna operativa a partir da prensa, a partir da impressão de folhetos e outro tipo de materiais, e pensou-se que existe uma ligação muito forte com uma tradição panfletária na cidade do Porto, uma tradição mais contemporânea.

A exposição será muito rigorosa do ponto de vista histórico, e ao mesmo tempo será uma celebração do espaço público e da rua com essa ligação de 1820 aos dias de hoje, terá um cariz contemporâneo sem fugir ao rigor histórico. Haverá um conjunto de colóquios, um conjunto de visitas guiadas, o programa “Objetos e seus discursos” irá centrar-se no mapeamento da cidade e em pontos-chave dessa Revolução.

Finaliza dizendo que o programa será apresentado na segunda semana de janeiro de 2020.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Informa que escreveu uma carta ao Presidente da Assembleia da República dando nota desta iniciativa e perguntando se a Assembleia da República se queria associar ou apoiar esta iniciativa. Recebeu uma resposta dos serviços a dizer que a Assembleia da República não prevê apoiar esta iniciativa da CMP.

Vânia Rodrigues;

Começa a intervenção dizendo com um comentário maravilhado ao anúncio do Museu que se pensa a si próprio e com essa geografia diversa, acrescentado que ficou com a sensação que estes Museus pós-edifício serão museus mais sedutores que os museus que estavam aprisionados dentro dos edifícios.

Destaca isso pela oportunidade que o projeto de MdC assim pensado e polinucleado será, achando que é uma oportunidade tendo em conta os sítios, a Pasteleira, a Bonjóia, o Freixo em que o MdC está ancorado. É uma oportunidade única para melhorar a rede de fruição cultural que ainda está mais centrada nos seus edifícios históricos e cheios de problemas de acessibilidades e até de tradutibilidade do ponto de vista do espaço público. Parece-lhe uma oportunidade para melhorar as questões de mobilidade associadas à cultura, a forma como chegamos aos espaços tem de ser pensada de raiz e há uma oportunidade de mobilidade urbana e deslocação sem impacto ambiental. Notou que no anúncio havia a referência a espaços verdes e aos pavilhões. A cidade terá a ganhar se conseguir democratizar esses espaços de fruição.

A segunda nota também é para o Museu que se pensa a si próprio através das plataformas de discussão. Percebe que ainda há coisas a definir sobre a forma de funcionamento, mas a ideia é por si só meritória. Acrescenta que se for um balão de ensaio gostava que daqui a uns Conselhos Municipais da Cultura pudesse ser um pressuposto de qualquer intervenção no espaço público na cidade.

Acrescenta que a pergunta misteriosa “porque precisamos de um MdC?” é aplicável a qualquer equipamento cultural, ainda mais num contexto onde se apontam a caducidade dos modelos de legitimação da cultura fundados numa lógica de construção de Estado Social, do acesso das populações, da democratização e que, hoje em dia, está sob ataque na maioria dos países europeus, mesmo naqueles que têm uma tradição forte de investimento público na cultura.

No Porto conseguiu-se um consenso acerca do investimento público na cultura, mas isso é frágil e o Conselho Municipal de Cultura tem de tomar para si a obrigação de pensar nisso. Um Museu que começa com esses pressupostos já é útil para lá do seu projeto museológico, mesmo enquanto projeto civil.

Quanto à Ágora, importa que funcione.

Houve uma nota, refere, que lhe causou alguma apreensão e que tem a ver com a constatação da ameaça que a contratação pública e outros obstáculos, jurídicos, legais, administrativos, representam para a gestão da coisa cultural. Parece-lhe importante no plano político, e não apenas no plano jurídico, que se comece a oferecer resistência pública. O que lhe causa apreensão são as implicações para a governança das organizações culturais, ou seja, aquilo que tem percebido, que se passa em Portugal e em outros países, é que por causa da espiral tecnocrática, a liderança das organizações está a passar para especialistas vindos de fora dos assuntos culturais.

Antevê num futuro, muito próximo, que seja muito pouco habitual que quem trabalha nas artes, e que sempre teve carreiras nas artes, dirija a estrutura.

Este facto parece-lhe condicionar estruturalmente a organização da cultura e o Porto, assumindo o lugar de protagonismo com a política cultural e o dinamismo que tem mostrado, gostaria que politicamente existisse uma voz que mostrasse resistência.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Respondendo a Vânia Rodrigues, refere que esse aspeto é muito relevante e é verdade, que em condições normais, o Conselho de Administração da EM de Cultura seria constituído por pessoas, representantes diretos da cultura. Na administração da Ágora não existem.

Tem falado publicamente desta situação, mas o grande problema é que os agentes culturais não têm sabido, muitas vezes, perceber de que lado têm de estar. Muitas vezes acham que a melhor forma é fazer concursos para tudo. Hoje em dia, em qualquer concurso, quem perde o concurso, contesta.

Dá um exemplo que num outro dia discutia-se, no âmbito do Fórum do Futuro, se se tinha de abrir Concurso Público para os convidados, pois a legislação diz que não se podem fazer ajustes diretos. O problema é que a sucessiva legislação vem complicar.

Acrescenta que é necessário perceber que há objetivos perfeitamente legítimos, há investimento, e é investimento alvo. A Cultura tem essa diferenciação, tem de haver escrutínio, mas não quer dizer que o melhor preço seja tudo. Refere que quando no ano passado se disse que, se fosse preciso, se apoiaria o FIMP e o TEP, uma das primeiras questões colocadas pela Comunicação Social foi porque se apoiavam aquelas estruturas e não outras. Teve que explicar, pois aquilo que parecia natural e importante para a cidade, é a primeira coisa que é contestada.

Tiago Morgado Guedes, Diretor de Departamento de Artes e Performances da ÁGORA, EM;

Gostaria de acrescentar que a pergunta da Vânia é muito pertinente, e pensaram muito nela quando ponderaram neste organograma na Ágora, ou seja, ao decidir que as instituições e os projetos continuavam a ser dirigidos pelos seus Diretores Artísticos. Está a falar da Galeria Municipal, Museu da Cidade, TMP e seus festivais, Fórum do Futuro e a todos os projetos associados a ele, ao Guilherme e ao Nuno, e encontrando uma Diretora Geral para abraçar isto tudo e fazer o interface com o Conselho de Administração. Foi exatamente para não caírem nos receios da Vânia e nos dele, e nos de todos os Diretores Artísticos do projeto, para que a burocratização que existe à volta de todos os projetos artísticos não os absorva.

Nesta configuração que imaginaram, o projeto artístico está salvaguardado e é decidido com o Vereador da Cultura que é o Presidente da Câmara, e depois a nível da EM e seu Conselho de Administração, com a sua Diretora Geral, e implementado da melhor forma possível, segundo o que a lei permite.

O projeto artístico está completamente salvaguardado pelas políticas culturais definidas pelo seu Vereador e pelos seus Diretores Artísticos.

António Manuel Torres da Ponte, representante da Direção Regional de Cultura do Norte;

Sobre o assunto da contratação, acrescenta que para a intervenção da igreja de Santa Clara do Porto, abriram concurso público e não podiam por como critério de adjudicação o preço. Não era possível num trabalho de conservação e restauro daquela dimensão ter como fator de decisão o preço. Puseram como fator de decisão a equipa. A obra esteve parada um ano, até que o Tribunal desse a autorização para avançar. Implicou um ano de atraso numa estrutura que podia ruir a qualquer momento.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Quer fazer um breve comentário. Numa das perguntas que o Tribunal de Contas colocou sobre o Matadouro, onde se pretendia instalar o Museu da Indústria, foi “Porque é que a Câmara Municipal do Porto sabendo que a zona ocidental da cidade é a mais atrativa em termos de público, porque não instala o Museu da Indústria na zona ocidental?”

Isto é uma pergunta que tem uma conotação, absolutamente ideológica.

E é esse o problema, não perceberem que em determinadas áreas, como esta, a da Cultura, a qualidade é muitas vezes mais importante que o preço. No caso do Matadouro Municipal, e durante 6 ou 7 meses fizeram perguntas no último dia. Deram 10 dias úteis à CMP para reclamar. Não se podem fazer ajustes diretos, em 10 dias, para arranjar pareceres jurídicos. Mas o MP conseguiu e está há 7 meses à espera que respondam àquilo que foi a nossa reclamação.

Acrescenta que cada vez que cada obra pára porque o empreiteiro vai à falência, é necessário lançar um concurso público, porque não se pode aproveitar o 2.º classificado. E o concurso público nunca demora menos que 6 meses. Pode dizer-se quando começa a obra no Batalha, mas não sabe quando acaba.

Manuela Matos Monteiro;

Inicia a intervenção afirmando que houve questões que o Alexandre, a Regina e a Vânia colocaram que eram questões que queria colocar. Congratulou o MP por esta conceção de museu não lúdico, mas, um museu produtor de conhecimento, porque, o estatuto do museu é o de colocar questões mais prementes.

Por outro lado, considera que este museu policêntrico é um grande desafio porque estes 3 polos – Pasteleira, Bonjóia e Freixo – estão conotados a questões sociais difíceis, e é com alegria que percebe que são estes os lugares de diálogo e da necessidade, de estabelecimento de interações entre a cidade e o resto.

Também concorda que quando se diz que o Museu da Indústria deveria estar a ocidente, é uma questão ideológica.

Atrair a comunidade para estes espaços e implementar um diálogo construtivo é um grande desafio. Quer acrescentar que conheceu o Samuel Guimarães, enquanto professora na Escola Filipa de Vilhena, e o trabalho que ele desenvolvia na área educativa em Serralves era extraordinário. Conseguia envolver professores, alunos, funcionários e é com muita alegria que sabe que o Samuel vai assumir esse cargo.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Pede para não tomarem com lamúria o que referiu; quer que sejam porta-vozes desta preocupação e façam eco junto de todas as pessoas com quem possam falar.

Rui Lage;

Começa a intervenção a falar um pouco sobre o Museu da Cidade, dizendo que entende o conceito de museu policêntrico. O conceito não é novo e recorda-se que o centro gravítico para esse museu policêntrico seria o Museu da História da Cidade projetado por Siza Vieira para a Avenida da Ponte que não se concretizou. Embora compreenda esse conceito de museu policêntrico e simpatize com ele, este é um conceito bastante consentâneo nesta época de fragmentação e dispersão. Esta é uma ideia de museu pós-edifício, e por mais sedutora que seja esta ideia, há uma realidade que ele não dá que é uma visão de conjunto. Não dá uma visão de conjunto da história da cidade, e nota que os jovens têm dificuldade em situar os vários momentos da história da cidade porque não têm esse mapa cronológico que lhes permita fazer essa localização-

Retoma a questão do Palácio de São João Novo, um tema que trouxe a esta sala em contexto de Assembleia Municipal, mais do que uma vez. Congratula-se por ter notícias sobre São João Novo, por saber que as coleções estão acauteladas e que o edifício teve algumas obras de emergência. Acha que é dos casos mais pesados, da memória recente da cidade, em relação ao tratamento do nosso património. Mas fica sempre com a ideia que talvez a cidade se pudesse mobilizar e talvez a Câmara pudesse, em articulação com a DRCN, decidir um destino para aquele edifício muito ligado à memória coletiva e afetiva da cidade. Lembra os membros do CMC que o Palácio de São João Novo é um dos poucos palácios da cidade do Porto.

Regressando ao tema das Comemorações dos 200 anos da Revolução Liberal, gostaria de questionar a que Museu do Porto o cidadão se dirige para ter contacto com a história do Liberalismo e com aquilo que foi a Revolução Liberal No Porto.

Refere que não esteve presente desde o início da reunião e, por isso, não sabe o que se abordou sobre a Ágora., mas quer colocar uma questão: se vai haver lugar para o tema do livro, da leitura e da literatura na estrutura da Ágora, ou se essa dimensão vai ficar relegada para os equipamentos que tradicionalmente lidam com essas políticas, como o caso das bibliotecas.

Afirma isto porque o que se passa hoje com o setor do livro e com os hábitos de leitura, em Portugal, é catastrófico. Os hábitos de leitura em Portugal são os mais baixos da EU a 28. Muito se escandalizaria que os poderes públicos, a nível local e nacional, secundarizassem este aspeto porque é uma dimensão menos eufórica, mais ligada à longa duração, à persistência, e de solidificação relacionados com os hábitos de leitura. Por isso, questiona se a Ágora irá ter algum papel nesta questão das políticas para o livro e para a literatura.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Responde às questões colocadas por Rui Lage transmitindo que já tinha explicado quais as competências das bibliotecas, que os Recursos Humanos afetos a estes equipamentos estão a ser reforçados por parte do Município e que haverá um conjunto de iniciativas que ainda estão a estudar, pois Nuno Faria será responsável pela programação desses espaços. Sobre a questão de São João Novo, acrescenta que a Câmara tem prioridades e além de tudo o que já se falou, a próxima prioridade será o Coliseu do Porto.

Referiu que a ideia que a Câmara se pode substituir ao Ministério da Cultura em equipamentos que são tutelados por este não é adequada, pois a prioridade é e ocupar-se daqueles que são do MP e a seguir daqueles em que o Município tem participação.

Informa que existe um problema no Coliseu, já falou com a Senhora Ministra da Cultura e com o Primeiro-Ministro que precisa ser resolvido e a Câmara não o pode resolver sozinha. O próximo passo, antes de São João Novo, será tratar da questão do Coliseu. O Coliseu precisa de obras e de obras estruturais.

Questiona se os presentes sabem como é funcionamento do Coliseu. Responde, dizendo que o Coliseu é propriedade da Associação do Amigos do Coliseu (AAC). A AAC tem vários sócios individuais, e tem quatro sócios especiais, um deles é a AGEAS, que empresta o nome ao Coliseu, e permite receitas para a atividade corrente. Depois existem os outros três sócios que são o Ministério da Cultura, a Área Metropolitana do Porto e a Câmara Municipal do Porto. Estas estruturas públicas é que de garantem o interesse público. Não se espera que a Associação possa, através das suas quotizações, fazer o grande investimento que precisa. Sabe-se que serão precisos largos milhões de euros – 8 a 10 milhões – para as obras necessárias. Acrescenta que durante o período que decorrerem as obras será necessário garantir a estrutura que atualmente existe no Coliseu. Aquilo que a Câmara já propôs ao Governo, sabendo que a AMP não tem recursos, é que no âmbito do quadro do Portugal 2020 onde ainda há verbas disponíveis, que se possa enquadrar o Coliseu numa candidatura para esta intervenção, sendo que a CMP aceita ser Dono de Obra, e aceita pagar a componente nacional, se isto for permitido por lei, que só é permitido através de um trespasse da atividade da AAC para a CMP, justificação para que a Câmara possa ser Dono de Obra.

Atualmente, esta é a prioridade absoluta e será um grande investimento municipal, assumindo a componente nacional, admitindo que seja 30% ou 35%, mais os custos que decorrem de uma transferência, mesmo que temporária, dos trabalhadores para uma estrutura municipal ou de subsídios que permitam garantir a sua continuidade.

Quer dar conhecimento ao Conselho desta prioridade porque pode estar em causa o encerramento do Coliseu, daí que todos os recursos, financeiros e políticos, estão centrados neste tema
Eduardo Paz Barroso confirma por três vezes o que Rui Moreira refere sobre o Coliseu em breves “sim”.

Eduardo Paz Barroso, representante do Coliseu Porto;

No seguimento do que foi dito pelo Presidente, quer agradecer que pela voz do Presidente da Câmara o Conselho tenha tomado consciência da gravidade extrema em que o edifício do Coliseu se encontra. Mas não existe projeto de programação, com o sucesso que tem tido nos últimos anos, sem haver edifício. A inviabilidade de utilização do edifício, quase iminente, compromete, em definitivo, a existência de qualquer tipo de atividade.

Acrescenta que muito havia a dizer sobre este assunto mas, ainda, não é o momento efetivo de adiantar grandes informações. Por um lado, porque dentro da estrutura, descrita pelo Presidente da Câmara, há uma Assembleia Geral que é soberana, embora seja maioritariamente ocupada pelos *stake-holders* e pela AGEAS, mas onde estão representadas todas as estruturas relevantes da cidade que vão desde, por exemplo, a Cooperativa Árvore à Fundação Casa da Música. Refere que e para o Presidente da CMP ter apresentado num regime semipúblico, nomeadamente num Conselho Municipal com esta estrutura, há muito trabalho silencioso e discreto feito, por várias instâncias, mas desde logo um trabalho que tem tido a enorme preocupação de não dramatizar em público a situação do Coliseu.

Termina dizendo que quem vive a cidade, quem frequente os espaços culturais da cidade, municipais ou não municipais, entenderá que o Coliseu está irreconhecível pelas melhores razões, sendo agora o tempo que este CMC tome consciência, assim como as pessoas que o compõem, protagonistas com diversos graus de responsabilidade, com enorme relevância na vida cívica, cultural e política da cidade que esta questão é uma questão que lhes diz respeito.

Nuno Faria, Diretor Artístico do Museu da Cidade;

Respondendo a Rui Lage. O Museu da História da Cidade, no Reservatório que abrirá na Pasteleira, em outubro do ano que vem, vai responder a essa leitura transversal, panorâmica da história da cidade do Porto. É um museu da história imaterial da cidade cruzando um trabalho gráfico com um trabalho material.

Carlos Guimarães, representante da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto;

Inicia dizendo que quer congratular o MP por este desafio de pôr em funcionamento os museus no território da cidade, é algo positivo com que todo se devem congratular e quer desejar felicidades a quem aceitou este desafio.

Quer falar sobre a intervenção anterior, de Nuno Faria, sobre a questão da história da cidade e a compreensão da mesma, do seu território, da sua arquitetura, das atividades que justificavam o aparecimento dessas arquitetura.

É comum, por exemplo, quando se conversa com alunos Erasmus que vem para o Porto, durante um semestre ou um ano, a admiração que têm pelo facto de a cidade ter pontos a duas cotas. Uma situação impactante na imagem, na sedução, na reação com o tecido urbano e arquitetónico construído, e tudo isto são temas que não podem deixar de fora territórios limítrofes como Gaia, Matosinhos ou até S. Pedro da Cova. Acha que é uma questão central naquilo que, vulgarmente, se designa como reforçar, visitar a memória da cidade, das suas pessoas, das que para cá vieram mais recentemente e daqueles que nos visitam de forma mais efémera e limitadamente. Ficou contente com a resposta de Nuno Faria.

Acrescenta que a equipa do MdC poderá, a partir daquilo que foi feito, continuar a trabalhar para a sua revisão, o seu alargamento, pois propicia ir ganhando consciência do que é a história, mais passada ou mais recente, de perceber como essa história das atividades, das políticas, das gentes, das características de natureza diversa estiveram claramente ligadas ao território e à maneira como esse território foi sendo progressivamente transformado de um território virgem, natural, para um território de paisagem construída pelas gentes ao longo dos séculos.

Pensa que é um tema absolutamente pertinente num museu.

Nuno Faria, Diretor Artístico do Museu da Cidade;

Quer acrescentar que quando chegou já estava em curso, o projeto do Museu da História da Cidade, e foi um projeto com o qual aprendeu muito. Existem muitos especialistas a trabalhar neste museu, desde arqueólogos, arquitetos e especialistas de outras disciplinas. É um projeto transversal e panorâmico, com outros meios de comunicar que serão bastante inclusivos.

Diz que quando fala do “museu grave” fala de o museu não ser condescendente, no sentido de se achar que os públicos mais jovens não se adaptam a determinadas linguagens e que os públicos mais envelhecidos não se adaptam a outras. O projeto tem na base uma intervenção no Reservatório do Atelier do arquiteto Alexandre Alves Costa, sendo seguido de João Mendes Ribeiro e o seu Atelier, mencionando Catarina Fortuna, a desenhar o projeto museológico. Os conteúdos são tratados por uma equipa muito qualificada, da estrutura do Departamento da Cultura e vários especialistas.

Regina Guimarães;

Quer acrescentar algo ainda sobre o Museu Romântico, Diz que durante muitos anos estiveram perto de nós duas pessoas, que considera os maiores estudiosos e conhecedores do Romantismo Português, que são Agustina Bessa-Luís e Manoel de Oliveira. Pensa que tudo aquilo que possa convocar estas duas figuras da cidade, e à visão que elas tiveram do Romantismo na cidade onde viveram e trabalharam, será uma pedra fundadora.

Durante a sua intervenção fala da situação do pequeno comércio na cidade do Porto. Refere que mora numa rua do centro, que tinha, há 30 anos, cerca 40 estabelecimentos comerciais, neste momento terá 5 desses estabelecimentos. Realça que seria importante fazer um estudo sobre o impacto que as alterações, que a cidade tem conhecido, estão a ter na rede do pequeno comércio do Porto. Continua dizendo que na rua onde mora irão colocar parquímetros, sendo que os moradores têm direito a umaavença mediante pagamento de uma soma razoável, contudo os pequenos comerciantes não têm direito a isso.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Respondendo a Regina Guimarães refere que esse é um tema que preocupa muito a Câmara. Informa que o Governo alertado pelas Câmaras Municipais, nomeadamente Guimarães, Évora, Porto, Lisboa, e outras, promoveu a criação de legislação apropriada, para proteção das lojas de tradição. Quando a legislação entrou em vigor, o MP criou um regulamento para o comércio tradicional.

Explica que a CMP tem um programa que se chama Porto de Tradição, que tem colocado a salvo um número crescente de lojas e atividades tradicionais.

Neste programa existe um júri, e esse júri define uma grelha de critérios relacionados com vários aspetos: há quantos anos a loja existe, há quantos anos está ligada aos mesmos proprietários, qual é o interesse arquitetónico exterior, qual é o interesse de mobiliário, se produz produto próprio critérios esses que, posteriormente, são pontuados pelo júri. Se atingiram uma determinada pontuação as lojas ou atividades passam a estar protegidas. Em primeiro lugar, esta situação protege-as da expulsão e do aumento de renda, os contratos deixam de poder ser terminados. Em segundo lugar, a CMP atribui uma isenção de IML. Acrescenta que a CMP disponibiliza, ainda, uma verba para obras de manutenção e um *site* onde essas lojas são promovidas. Conclui que não se consegue proteger todas as lojas.

Recentemente realizou-se uma exposição na Casa do Infante sobre as “Lojas do Porto – História e Identidade”. Além da exposição, tentou sensibilizar-se a população para o estado do comércio tradicional, alertar para o sentimento de pertença a algumas das lojas, mas também no sentido de alertar as pessoas que as lojas são muito mais que paisagem urbana. Elas cruzam-se com a vivência da cidade.

Regina Guimarães;

Replica dizendo que é por isso que acha importante o estudo. A questão do aluguer é óbvia Se nas lojas o aluguer aumentar exponencialmente, o comércio não resiste. Julga que não é um jogo de adivinhação que resolve o problema. Para ela, o problema do pequeno comércio não é só o de aluguer das lojas, por isso é que fala num estudo para tentar perceber quais são as dificuldades com que se deparam.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Responde a Regina Guimarães dizendo que foi feito um estudo de caracterização do comércio tradicional, mas irá saber exatamente o que existe. Sabe que o Estudo foi feito em conjunto com a Faculdade de Letras, e envolveu geógrafos, o Rio Fernandes, e outros especialistas bem como a Faculdade de Economia. Este Estudo decorreu de um imperativo legal Voltando à questão do estacionamento, quer explicar que existe uma parte do comércio tradicional, que o que precisa de ter à porta da sua loja é estacionamento de rotação, ou seja, os comerciantes pedem para manter faixa de estacionamento porque necessitam de estacionamento de rotação, porque assim conseguem combater os centros comerciais, tendo estacionamento de proximidade.

Esclarece que o estacionamento de rotação obriga a não ser ocupado pelos funcionários das lojas e comerciantes e a CMP criou uma bolsa, a preço muito reduzido, por exemplo, no Silo Auto onde dão condições a cada uma das lojas para que possam ter avenças.

Sabe que o comércio tradicional sofre de vários problemas, e um deles é a concorrência das grandes superfícies, outro é o e-commerce.

As pessoas esquecem-se que ao comprar um livro ou outro produto numa plataforma on-line, é menos um livro ou produto que compram no comércio de proximidade de proximidade. Explica que de cada vez que se usa o e-commerce está a destruir-se a cidade, e em simultâneo a carregar a cidade de funções logísticas para a qual não está preparada. De forma que as cidades têm de contrabalançar estas situações criando condições de competitividade para o comércio tradicional e fazendo das cidades um centro comercial ideal.

Continua referindo outro fenómeno que acontecia no Porto há alguns anos, as pessoas vinham à Baixa fazer compras, vinham da periferia fazer compras ao Porto porque as cidades satélite não tinham comércio. Hoje, essas pessoas são

apanhadas pelo Centro Comerciais existentes. A cidade do Porto, também, perdeu habitantes, e os novos habitantes fazem compras, diferentes, não vão às mesmas lojas de antigamente, vão a lojas diferentes, comprar produtos diferentes e isso provoca uma alteração profunda no tecido das lojas.

Joaquim Moreno;

Tem uma pergunta a colocar sobre o interesse de fazer um museu, pós-museus, a partir do som. Afirma que o som tem a vantagem de não ter visitantes, tem ouvintes, e tendo ouvintes, estes têm de ouvir, de escutar. Para ele, é esta a tal atitude “grave” de ir a uma museu com a vantagem de que o som, no canal clássico, era íntimo e coletivo, transmitindo-se de outra maneira. Na sua opinião, a Biblioteca Sonora é íntima mas coletiva, os ouvintes são singulares. O som é outro canal de usar o museu, do museu falar e outro tempo.

Nuno Faria, Diretor Artístico do Museu da Cidade;

Responde a Joaquim Moreno referindo que é uma pergunta complexa. Parece-lhe que o som é tudo o que Joaquim Moreno disse, algo que trabalha mais sobre a demora, dá percepção, e relaciona-se com a experiência que querem fundar com estes diferentes lugares e com os intervalos entre os lugares. Continua, dizendo que a biblioteca Sonora fundou uma comunidade de ouvintes/leitores muito ativa, sendo os pedidos de gravação de novos livros extraordinário.

.O som será um elemento unificador desta ideia de museu a vários níveis e com várias camadas havendo espaço para vários tipos de experiência. Informa que nestes meses o que se criou foi uma estrutura programática que irá ser concretizada com os contributos de todos.

José Emídio, representante da Árvore – Cooperativa de Atividades Artísticas;

Começa por dizer que este é o 4.º Conselho Municipal que participa e é a primeira vez que intervém, e por isso quer agradecer a todos a qualidade das intervenções, a oportunidade, nem sempre concordante, das opiniões que se dão e das questões que se colocam nestes CMC.

Acrescenta que não deverá haver muitos como este Conselho Municipal de Cultura, com um estilo coloquial, quase de amizade.

Também quer dizer que a Árvore é uma instituição com 56 anos de existência, que viveu com dificuldades e com problemas, mas nos últimos 4 anos, conseguiram alguma recuperação financeira porque tiveram o apoio da CMP, com a celebração de um contrato-programa. Quer dar conta que a Árvore melhorou a sua situação financeira, e a dívida aos artistas foi saldada., a Árvore continua viva e continua com a porta aberta para todos, disponibilizando o espaço no âmbito das Comemorações de 1820.

Por fim, pergunta como está o projeto da estrutura elevatória da Alfândega até às Virtudes.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Responde sobre o projeto da plataforma que virá da Alfândega até às Virtudes. Esclarece que neste momento estão na primeira fase da obra. E informa que DRCN tem acompanhado a obra. A segunda fase será a das Virtudes. Não tem datas presentes, mas consegue saber e poderá informar posteriormente

Alexandra Balona de Oliveira;

Começa por dizer que gostava de deixar uma nota, em tom de reflexão, a Nuno Faria. Na sequência de tudo o que foi dito, gostaria de felicitar pelas descrições do e projeto MdC e pensa que vem na sequência da ideia de cultura líquida que se herdou de Paulo Cunha e Silva. Para além deste foco de um museu policêntrico gostaria de questionar como se pode cristalizar e descrystalizar a história e produzir um pensamento inclusivo, ou seja como olhar para a história da cidade através de outros olhares e convocar outras vozes, nomeadamente uma comunidade crescente afrodescendente que também terá as suas vozes a incluir neste pensar da história.

Nuno Faria, Diretor Artístico do Museu da Cidade;

Responde a Alexandra Balona de Oliveira contando que num outro dia bateram à porta da mesquita onde a comunidade da Guiné-Bissau se reúne. Estes pequenos passos de ir ao encontro das pessoas, perceber quais são as expectativas delas, está a se feito. A questão levantada é muito importante, saber como integrar as comunidades e como as convocar para esta construção da cidade e para esta reconstrução da história.

Alexandra Balona de Oliveira;

Acrescenta que acha muito interessante pensar não só num museu policêntrico, mas também num pensamento em movimento.

Nuno Faria, Diretor Artístico do Museu da Cidade;

Ainda relacionado com a intervenção de Alexandra Balona de Oliveira refere que a ideia de um museu rizoma tem um pouco a ver com o que disse.

Miguel Guedes;

Na sua intervenção gostaria de levantar uma questão que sai um pouco fora da ordem de trabalhos. Gostaria que refletissem um pouco sobre a criação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto. Transmite que de alguma forma, houve duas recomendações que foram acauteladas positivamente, tanto na Assembleia Municipal do Porto, como também no Parlamento. Diz que há a anuência positiva da Ministra da Cultura relativamente à deslocalização ou à criação do Museu da Resistência e Liberdade no Porto. Já existe o Museu no Forte de Peniche, existe no Aljube, mas não existe no Porto, e pensa que o Porto ficaria a ganhar com essa peça da existência da cidade. Gostaria de perguntar ou colocar à reflexão, até que ponto essa oportunidade existe.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Responde a Miguel Guedes que sobre essa matéria, e com base naquilo que tem ouvido de várias forças políticas, é opinião geral acabar com o Museu Militar da forma como existe, neste momento, no Porto. Diz que este Museu está instalado nas antigas instalações da PIDE-DGS, e que apesar de ter algum espólio, este poderia estar no Quartel-General, onde já existe um museu, e esse seria o sítio mais adequado para o Museu Militar. Afirma que o Museu da Liberdade tem de ter um significado como tem o Forte de Peniche. E no Porto, ao contrário do que aconteceu em outras cidades, em que as sedes da PIDE-DGS foram vendidas, existe um museu.

Diz que se todos os presentes estiverem de acordo, deveriam defender, junto do Governo, que o Museu Militar ou a sua coleção poderá ir para o Quartel-General que tem boas condições, parte da coleção que lá não coubesse poderia ir para outros Museus Militares do país, e então teriam o sítio ideal para um Museu da Liberdade.

António Ponte intervém (-----) não se percebe.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Continua dizendo que não é preciso confirmar, que quando foi questionado, pessoalmente, pelo Ministério da Cultura e pelo Primeiro-Ministro, foi o que defendeu.

Manuela Matos Monteiro;

Acrescenta que acha importante passar-se essa ideia, do Museu da Liberdade, partir do Conselho Municipal de Cultura.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Ainda sobre a questão do Museu da Resistência, questiona os participantes que se quiserem, pode dizer-se que o Conselho Municipal de Cultura, reunido, entendeu por unanimidade, não deliberou porque não estava na ordem de trabalhos, ou em alternativa, pode ser alterada a Ordem de Trabalhos. Realça, mais uma vez, que não se fala de extinção do Museu Militar, mas da reinstalação no Quartel-General na Praça da República.

Orfeu Bertolami, representante da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto;

Começa a sua intervenção por dizer que acha a ideia de um museu deslocalizado, policêntrico com um enorme potencial.

Também gostaria de reforçar a ideia lançada pelo Alexandre Alves Costa, da pertinência de encetar um diálogo com a Universidade do Porto relativamente ao suposto Museu da UP. Informa que as salas interativas de física ficaram fechadas durante muitos anos, e conseguiram trazê-las para o Departamento de Física e Astronomia. Pensa que esse diálogo seria muito interessante, pois esse património é público e a UP tem a obrigação de torná-lo público. Quanto ao espólio do Museu de Etnografia, pode dizer que sabe muito pouco.

Mário Jorge Lopes Neto Barroca, representante da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Quer intervir ainda a propósito do Museu Militar, chamando a atenção que a Câmara tem uma peça emblemática naquele museu, que é a chamada espada de D. Afonso Henriques, que foi criada no período da Restauração mas é património municipal.

Acrescenta uma outra questão que o preocupa, pois prende-se com a sua área de investigação. Diz que a cidade do Porto tem assistido a uma renovação urbana, e parte dela acompanhada de intervenções arqueológicas. Na sua opinião, julga que se está a perder a última grande oportunidade de conhecer o passado da cidade através de intervenções arqueológicas sistemáticas. Quer chamar a atenção para um problema que a CMP deveria começar a pensar em resolver que é o problema de reserva arqueológica, ou seja, de um local onde o material arqueológico que tem saído das dezenas de escavações seja devidamente acautelado. Isso é património municipal, que neste momento está disperso por

múltiplas entidades, empresas, algumas áreas de Câmara, inclusive a própria programação de conteúdos para o polo do território na Pasteleira do Museu da Cidade. Seria fundamental, na sua opinião, conhecer bem o material arqueológico. A CMP crê ele que neste momento não tem controlo no espólio que tem saído, nem se sabe, verdadeiramente, o que tem saído das escavações.

António Manuel Torres da Ponte, representante da Direção Regional de Cultura do Norte;

Quer acrescentar que relativamente à questão do Museu (Resistência e Liberdade) partilha muito do que foi dito por Miguel Guedes e por Alexandre Alves Costa.

Continua a intervenção sobre o MdC e acha que o Museu, na perspetiva que Nuno Faria traz, é um museu que não estuda só o passado da cidade, mas perspetiva aquilo que hoje queremos da nova cidade, a cidade do futuro. Por essa razão, acha que a questão desta análise de trazer a Academia para dentro é essencial, mas a par de um museu produtor e difusor de conhecimento. A questão da difusão é hoje tão ou mais importante que a questão da produção do conhecimento. A questão da acessibilidade que se coloca é a da acessibilidade à informação e à comunicação, a par da acessibilidade física que já está bastante incorporada no trabalho.

Ainda sobre a questão dos Museus Universitários, pensa que a questão está dentro da própria UP e que museu querem para a própria Universidade. Acha que o Museu da UP deveria ser um museu do conhecimento produzido pela própria Universidade, mas está a ser cada vez mais um museu da Faculdade de Ciências. Reafirma que a própria UP deve pensar qual o seu projeto para o Museu.

(Várias vozes intervêm sobre esta questão do Museu Universitário, mas é impercetível)

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Intervém dizendo que com todo o respeito, e compreendendo algumas sensibilidades que existem dentro da UP, acha que se deve ter alguma deferência, pois a UP é muito zelosa daquilo que é seu e não é altura para o CMC se pronunciar sobre esses projetos.

António Manuel Torres da Ponte, representante da Direção Regional de Cultura do Norte;

Retoma a questão das Reservas Arqueológicas colocada por Mário Barroca e refere que é um assunto problemático, por um lado, pela produção de vestígios que gera um trabalho de índole arqueológica, pois todos os projetos em zona de proteção e zonas classificadas são acompanhados por prospeção arqueológica. Todos os projetos que vão à apreciação da Cultura têm análise de arqueologia e análise de arquitetura. Por outro lado, a questão dos materiais resultantes das escavações arqueológicas. Os arqueólogos também são bem cientes dos seus direitos durante 5 anos, e é difícil perceber qual a dimensão absoluta do material que existe, também, admite que depois dos 5 anos, nunca se exerce o direito de transposição para o domínio público.

Existe essa preocupação, todos os municípios têm essa preocupação, porque é muito pouco coerente que se esteja a exigir escavações em todo o projeto/ intervenção no Centro Histórico e se esteja a pôr na lei uma cláusula de recusa, porque não há onde guardar a quantidade de material que sai das escavações

Alexandre Alves da Costa;

Acrescenta que a CMP, por aquilo que sabe, pretende criar um armazenamento visitável de vestígios arqueológicos, pois foi feito um estudo prévio para isso, relativamente ao Museu da História da Cidade que ficará na Pasteleira.

Nuno Faria, Diretor Artístico do Museu da Cidade;

Acrescenta que uma parte, ainda que não muito abrangente, do Museu da Pasteleira terá Reserva Visitável, que é indicador dessa preocupação por parte do MP.

Rui Moreira, Presidente da Câmara Municipal do Porto;

Informa que irão haver Reservas Visitáveis no Abrigo dos Pequenos (reservas museológicas).

Eduardo Paz Barroso, representante do Coliseu do Porto;

Voltando atrás, e por causa do Museu Romântico, afirma achar importante que Nuno Faria, ou outro que terá essa competência, explicasse publicamente que a reinauguração do núcleo do MRQM feita há pouco tempo, e onde foram investidas verbas comunitárias, fosse apresentado como embrião de alguma estrutura que está em construção, pois a perceção que houve foi a de uma reinauguração do MR como algo de definitivo. Acha importante transmitir essa mensagem, pois no Conselho Municipal de Cultura, acabam por ser especialistas mas a perceção que houve para o público, mesmo pela edição camarária (jornal e notícias on line) relativamente ao Museu Romântico pode contribuir para isso.

Vânia Rodrigues.

Intervém para resgatar uma crítica repetida, pois já a havia dito na reunião anterior. Acha que o funcionamento deste Conselho está cada vez mais solto e mais vivo, mas acha que ganhou com uma convocatória que identificava os dois assuntos, e a discussão refletiu isso. Esta é a única reunião, deste género, que participa onde não tem acesso a documentação de apoio prévia. Acha que se tem muito a ganhar com esse passo. Conclui que a discussão foi muito rica, houve uma série de reflexões sobre as perspetivas museológicas e perspetiva da cidade, que surgiram, e que não poderiam surgir se cada um deles sugerisse um ponto. Acha que já foi um avanço mas falta o passo seguinte, permitir o acesso, em pdf, de alguns documentos base, e permitir corrigir alguns desequilíbrios no uso da palavra.

Finaliza, propondo a realização de um Conselho Municipal temático sobre a zona oriental, para que se possa olhar para as várias intervenções que a Câmara tem, e planeia, para aquela zona de forma integrada.

Nada mais havendo a tratar, pelas dezoito e quarenta horas, o Senhor Presidente da Câmara, Rui Moreira agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Redigido aos 5 dias do mês de março de 2020 por Maria Sofia Huet Bacelar Sá Alves, Diretora do Departamento Municipal e Gestão Cultural.

O Presidente da Câmara Municipal



Rui Moreira

